# Meio ambiente urbano e qualidade de vida em Salvador*

**Paulo Rogério Guimarães da Silva****
**Antônio Sérgio Araújo Fernandes*****

Sumário: 1. Contextualizando na gestão urbana a problemática ambiental e a qualidade de vida das grandes cidades brasileiras; 2. O caráter da investigação; 3. Desenvolvimento da pesquisa; 4. Percepções e práticas frente à problemática ambiental urbana e sua influência na qualidade de vida do indivíduo; 5. Considerações finais.
Palavras-chave: meio ambiente urbano; percepção ambiental; práticas cotidianas.

Este artigo apresenta uma investigação do meio ambiente urbano do ponto de vista social, elegendo uma variedade de atores sociais e suas práticas como agentes individuais ou coletivos de degradação/proteção ambiental. O artigo analisa a problemática ambiental como questão do cotidiano das grandes cidades brasileiras e a percepção da população diretamente atingida, contraposta à precariedade da ação do Estado nesse amplo domínio intersetorial. A pesquisa valoriza os discursos e práticas diárias dos diversos atores sociais envolvidos com a questão em Salvador, procurando reconstruir cadeias de significação que norteiam o conhecimento dos problemas ambientais, bem como desvendar as posturas políticas, ideologias e normas sociais que embasam esses discursos e práticas.

**Urban environment and quality of life in Salvador**

This paper investigates the urban environment from a social point of view, electing several social actors and their practices as individual and collective agents of environmental degradation/protection. It analyzes the environment as a daily issue in Brazilian large cities and its perception by the people directly involved, in contrast with the inadequacy of governmental actions in this field. The paper highlights the agents' discourses and daily practices, trying to reconstruct the relationships that guide the knowledge of environmental problems, as well as reveal the political positions, ideologies, and social rules that are at the core of those discourses and practices.

* Artigo recebido em mar. e aceito em out. 1996, tendo sido originariamente publicado na revista *Organizações e Sociedade*, da Escola de Administração da UFBA.

** Paulo Rogério Guimarães da Silva, falecido recentemente, foi professor adjunto da Escola de Administração da UFBA (EA-UFBA), onde lecionava planejamento urbano, governo local e cidadania, e política e gestão do meio ambiente, nos cursos de graduação, mestrado e doutorado em administração. Geólogo diplomado em 1984 pelo Instituto de Geociências (Igeo) da UFBA, doutorou-se em 1991 em geografia e planejamento urbano e regional pela Université de Paris III. Era também pesquisador do CNPq, vinculado ao NPGA/EA-UFBA, onde coordenava o projeto de pesquisa aqui apresentado, ora em desenvolvimento nesse núcleo.

*** Bacharel em administração pela EA-UFBA e pesquisador do CNPq, vinculado ao NPGA/EA-UFBA.

## 1. Contextualizando na gestão urbana a problemática ambiental e a qualidade de vida das grandes cidades brasileiras

O processo de crescimento dos centros urbanos nos países do Terceiro Mundo possui uma dinâmica própria, marcada por desajustes estruturais que influenciam decisivamente a qualidade de vida da população. Dados do relatório do Banco Mundial, intitulado *Política urbana e desenvolvimento econômico — uma agenda para os anos 90*, indicam que:

a) até o ano 2000, 20 dos 25 maiores núcleos urbanos mundiais se encontrarão no Terceiro Mundo;

b) enquanto, em 1988, 25% da população urbana total do Terceiro Mundo viviam em condições de absoluta pobreza e nas grandes cidades da América Latina, entre 25 e 30% dos habitantes não tinham água potável, sendo que 80% das epidemias eram provocados pela má qualidade da água;

c) a Organização Mundial da Saúde prevê que, na década de 90, cerca de 30 milhões de crianças deverão morrer de diarréia e pneumonia no Terceiro Mundo, sendo provável que a maior parte delas nas grandes cidades (Serva, 1993).

Uma análise de dados mais específicos à realidade brasileira revela que a problemática ambiental urbana se encontra em uma situação bastante preocupante. Em um relatório apresentado pelas ONGs e movimentos sociais brasileiros no ano de 1992, pode-se constatar:

a) no ano 2000, estima-se que 80% da população, mais de 120 milhões de habitantes, viverão nos centros urbanos brasileiros;

b) dos 113 milhões de pessoas que vivem hoje no Brasil urbano, 75 milhões não possuem esgoto sanitário, 20 milhões não têm água encanada e 60 milhões não dispõem de coleta de lixo;

c) somente 3% do total do lixo coletado têm disposição final adequada, enquanto outros 63% são lançados em cursos d'água e 34% a céu aberto.

Tais dados, postulados genericamente, devem ser observados em termos de uma complexidade agravante, quando considerado que sua repercussão atinge diferencialmente os habitantes da cidade.

Alguns processos já bastante conhecidos podem ser listados, a exemplo do recrudescimento de assentamentos humanos empobrecidos em locais inadequados para moradia (várzeas, locais de drenagem, fundos de vale, áreas de alta declividade, áreas de proteção de mananciais, margens de córregos, ou áreas destinadas a usos institucionais como parques, praças e jardins), com repercussões

importantes sobre o cotidiano dessas populações urbanas e respectivas práticas de enfrentamento e/ou convivência com os problemas ambientais (Sachs, 1990), determinando graus de diferenciação na qualidade de vida das populações urbanas.

A noção de qualidade de vida é comumente definida pelo nível de acesso aos serviços de saúde, transportes, saneamento básico, educação, moradia, e capacidade de seus habitantes em responder às necessidades de alimentação, lazer e cultura etc. (Barbosa, 1984; Gutman, 1980). Os problemas ambientais urbanos que interferem na qualidade de vida das populações da cidade são, portanto, impostos por questões sócio-econômicas e políticas, de maneira interseto-rializada, mas igualmente culturais, afetando as condições de vida dentro e fora da cidade.

A partir da observação de evidentes sinais de desgastes da gestão pública, principalmente por esta não interagir de forma eficaz com a sociedade civil, discutindo novas formas de manifestações sociais e negociações dos interesses das comunidades urbanas, é que a qualidade de vida nos grandes centros urbanos vem decrescendo cada vez mais. A estrutura organizacional da gestão urbana revela todo o seu caráter anacrônico, enquanto a qualidade de vida nas cidades decresce incessantemente (Serva, 1993).

Tantos serão os problemas ambientais identificados na cidade quantas forem as percepções dos indivíduos frente à diversidade de situações concretas no contexto urbano, e, por conseqüência, tantas serão as práticas cotidianas em resposta às condições degradadas de vida. Por esta ótica, torna-se inquestionável a necessidade de captar e analisar as percepções das populações sobre o problema ambiental, num contexto fortemente marcado pela diversidade nos níveis de qualidade de vida. Da mesma forma, é preciso estabelecer elos entre fatores objetivos, considerados agravantes na relação meio ambiente urbano/qualidade de vida, e a dimensão de subjetividade no plano das percepções dos moradores urbanos (Jacobi, 1990; Silva, 1993; Certeau, 1985).

## 2. O caráter da investigação

Investigamos a problemática ambiental urbana na cidade de Salvador do ponto de vista social e como questão do seu cotidiano, a percepção dessa questão pela população diretamente atingida e suas práticas como agentes de degradação e/ou proteção ambiental, através de uma enquete domiciliar (*survey*) que contempla uma variedade de grupos sociais.

O centro do problema aqui é, sobretudo, estabelecer as mediações entre práticas do cotidiano, vinculadas ao bairro e ao domicílio (acesso aos serviços, condições de habitabilidade e de moradia etc.), e as formas de organização e participação social no enfrentamento da degradação ambiental (Jacobi, 1990; Tenière-Buchot, 1976).

O artigo está balizado em torno de quatro questionamentos:

a) Qual a percepção que os habitantes da cidade de Salvador têm sobre os problemas ambientais da cidade e do bairro em sua relação com a qualidade de vida domiciliar?

b) Quais os conjuntos de práticas cotidianas apresentadas pelos moradores de Salvador, referentes à preservação e/ou à degradação do meio ambiente?

c) É encaminhado ao governo local algum tipo de demanda para a resolução de problemas ambientais? Que tipo de demanda? Quais os canais de mediação utilizados?

d) Que entraves e barreiras socioculturais dificultam e fragilizam práticas coletivas centradas na proteção ambiental?

Nossa proposta de análise se justifica pelo fato de que a problemática ambiental nas grandes cidades brasileiras, e especificamente em Salvador, está cada dia mais presente no cotidiano das pessoas. Neste sentido, trabalha-se com dimensões ainda pouco exploradas da problemática ambiental urbana.

Percebe-se claramente que este tema vem tomando uma dimensão jamais vista, em relação à gestão pública, às entidades privadas, ao meio acadêmico e, mesmo, ao público em geral. A proliferação de ONGs com uma atuação voltada para a preservação do meio ambiente revela também a magnitude que a problemática ambiental vem adquirindo. Atualmente, a maior parte do debate ambiental concentra-se, ainda, nas questões globais que ameaçam o planeta e os grandes ecossistemas, deixando num plano secundário os efeitos adversos da degradação ambiental no contexto microssocial urbano (Jacobi, 1993). Uma tendência que se apresenta, portanto, nos debates teóricos é a evidente atribuição de prioridade aos estudos do enfrentamento da questão ambiental urbana (Pacheco et alii, 1992; Silva & Melão, 1991).

## 3. Desenvolvimento da pesquisa

Elegendo uma orientação metodológica quantitativa e qualitativa, o trabalho valoriza os discursos e práticas cotidianas dos diversos atores sociais envolvidos com a questão urbano-ambiental em Salvador, procurando reconstruir cadeias de significação que norteiam o conhecimento dessa questão, bem como desvendar as posturas políticas, as ideologias e as normas sociais que embasam esses discursos e práticas.

Para desenvolver a análise quantitativa do universo a ser pesquisado, foi necessária a definição de um quadro amostral representativo da população da cidade de Salvador. Isso foi possível através da colaboração da equipe do IBGE responsável pela metodologia da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostagem de Domicílios), que forneceu o cadastro de moradores e respectivos endereços

relativos ao ano de 1993. A metodologia de montagem da amostra probabilística com sorteio de domicílios no lastro espacial de toda a cidade consistiu na coleta de cerca de 1.350 nomes e endereços de moradores que se distribuíram nos 240 setores censitários da Pnad referentes ao município de Salvador.

Uma vez definido o quadro amostral, durante os meses de outubro de 1994 a fevereiro de 1995 foi desenvolvida a etapa de campo do trabalho, com a aplicação de 1.006 questionários, através de enquete domiciliar abrangendo o município de Salvador em 16 regiões administrativas e 126 bairros. Foram entrevistados 358 homens e 648 mulheres; destas pessoas, 217 tinham entre 18 e 25 anos, 699 entre 26 e 60 anos e 90 tinham mais de 60 anos (tabela 1).

Tabela 1
Questionários aplicados por região administrativa

| Região administrativa | Nº de questionários |
|---|---|
| RA 1 (Centro) | 43 |
| RA 2 (Itapagipe) | 73 |
| RA 3 (São Caetano) | 92 |
| RA 4 (Liberdade) | 100 |
| RA 5 (Brotas) | 89 |
| RA 6 (Barra) | 32 |
| RA 7 (Rio Vermelho) | 106 |
| RA 8 (Pituba) | 29 |
| RA 9 (Boca do Rio) | 39 |
| RA 10 (Itapuã) | 75 |
| RA 11 (Cabula) | 64 |
| RA 12 (Tancredo Neves) | 54 |
| RA 13 (Pau da Lima) | 39 |
| RA 14 (Cajazeiras) | 40 |
| RA 15 (Valéria) | 21 |
| RA 16 (Subúrbio) | 110 |
| RA 17 (Ilhas) | 0 |
| Total | 1.006 |

Fonte: Enquete domiciliar, Salvador, out. 1994 a fev. 1995.

Foram utilizados 12 indicadores para análise do meio ambiente urbano e da qualidade de vida:

- condições de abastecimento de água e seu armazenamento;
- esgotos, instalações sanitárias e higiene domiciliar;
- enchentes;
- disposição de resíduos sólidos;
- presença de insetos e/ou roedores no domicílio;
- escoamento superficial de águas pluviais e residuais;
- poluição atmosférica;
- poluição sonora;
- preservação de áreas verdes e de espaços públicos e de lazer;
- problemas relacionados a riscos de deslizamentos de encostas;
- violência urbana;
- condições de balneabilidade das praias.

A forma de abordagem desses problemas, procurando saber a percepção dos moradores, bem como suas práticas cotidianas para resolvê-los, ficou estruturada dentro do instrumento de campo em quatro momentos:

a) levantamento das características do bairro e do domicílio, condições de moradia, poder aquisitivo e condições de habitabilidade;

b) identificação dos principais agravos ambientais do bairro/domicílio e como estes influenciam a qualidade de vida do morador;

c) levantamento, junto ao morador, de sua percepção dos principais problemas urbano-ambientais existentes, procurando saber se ele identifica e sabe como se desenvolvem tais problemas;

d) observação das formas de ação (governamental, comunitária e individual) que são consideradas pelo morador eficazes para solucionar os problemas ambientais vividos e percebidos no bairro/domicílio.

Sumário da enquete domiciliar

1. Quadro de identificação do entrevistador
2. Quadro de identificação do questionário
3. Quadro de identificação do entrevistado
4. Condições de moradia e poder aquisitivo
5. Associativismo
6. Agravos ambientais do bairro e do domicílio
7. Percepção e formas de ação frente ao problema ambiental:
   - água
   - esgoto/instalações sanitárias e higiene
   - enchentes
   - rios, córregos e poços
   - lixo
   - insetos e ratos
   - ar
   - ruído
   - áreas verdes/lazer
   - deslizamentos de encostas
   - violência/segurança
   - qualidade das praias
8. Meio ambiente — níveis de informação

A amostra estudada (tabela 2) foi subdividida em estratos sociais para que pudéssemos fazer observações mais precisas diante da multiplicidade de atores envolvidos na análise. Não seria possível desvendar uma percepção homogeneizada dentro de um universo amostral marcado pelas diferenças social, econômica, cultural, físico-ambiental, étnica etc.

O que tentamos mostrar aqui é que não se trata de estabelecer padrões de comportamento e tipologias de ecoatitudes, mas de individualizar estas últimas, na forma em que cada pessoa percebe ou não o problema ambiental na sua região e no seu ambiente domiciliar. Ou seja, frente à situação urbana em que vive, abre-se a possibilidade de respostas e mobilizações diversas como resultado dessas percepções individuais. As percepções estão intimamente ligadas ao sistema de hábitos e valores de cada pessoa, sua maneira de refletir sobre o contexto em que vive, de acordo com seu universo sociocultural e econômico. O que é problema ambiental para alguns indivíduos pode não o ser para outros, e, mesmo, os problemas ambientais percebidos podem ocupar posições hierárquicas de intensidades diferentes.

Tabela 2
Perfil da amostra*

| Estratos | Freqüência | Percentual |
|---|---|---|
| Estrato 1 (baixo) | 273 | 27,1 |
| Estrato 2 (médio baixo) | 638 | 63,4 |
| Estrato 3 (médio) | 57 | 5,7 |
| Estrato 4 (alto) | 38 | 3,8 |
| Total | 1.006 | 100,0 |

Fonte: Enquete domiciliar, Salvador, out. 1994 a fev. 1995.
*A amostra foi estratificada utilizando-se a combinação de três critérios: *escolaridade* (analfabeto, formação primária, secundária ou superior), *renda familiar* (em número de salários mínimos) e *tipo de moradia* (apartamento, casa unifamiliar ou não, cômodo, cortiço, casa em favela etc.).

## 4. Percepções e práticas frente à problemática ambiental urbana e sua influência na qualidade de vida do indivíduo

Alguns resultados demonstram que as percepções da problemática ambiental variam basicamente de acordo com o contexto sociocultural e econômico do morador. Na tabela 3, nota-se que, ao se abordar o principal problema no bairro que influencia a qualidade de vida do morador, algumas categorias se mostram mais presentes em certos estratos do que em outros. Vê-se claramente que as demandas são diferentes, de acordo com a realidade social do indivíduo.

Tabela 3
Principal problema no bairro que afeta a qualidade de vida do entrevistado — por estrato (% e total de domicílios)

| Problemas | Estrato 1 | Estrato 2 | Estrato 3 | Estrato 4 | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Qualidade da água | 4,0 | 3,9 | 5,3 | 10,5 | 4,3 (43) |
| Contaminação de rios, córregos e poços | 2,6 | 1,9 | 3,5 | 2,6 | 2,2 (22) |
| Enchentes | 1,1 | 2,0 | 0,0 | 0,0 | 1,6 (16) |
| Esgotos | 17,9 | 16,6 | 1,8 | 7,9 | 15,8 (159) |
| Lixo | 10,3 | 7,5 | 1,8 | 2,6 | 7,8 (78) |
| Poluição do ar | 3,7 | 3,8 | 8,8 | 10,5 | 4,3 (43) |
| Poluição sonora | 2,2 | 3,9 | 8,8 | 2,6 | 3,7 (37) |
| Falta de áreas verdes | 3,3 | 3,8 | 0,0 | 5,3 | 3,5 (35) |
| Ameaças de desabamento | 1,5 | 2,0 | 0,0 | 0,0 | 1,7 (17) |
| Falta de transporte coletivo | 10,6 | 10,2 | 7,0 | 5,3 | 9,9 (100) |
| Falta de creches | 1,8 | 2,7 | 1,8 | 0,0 | 2,3 (23) |
| Falta de escolas | 3,3 | 3,3 | 5,3 | 5,3 | 3,5 (35) |
| Falta de equipamentos de saúde | 11,0 | 10,0 | 1,8 | 10,5 | 9,8 (99) |
| Violência | 20,5 | 23,5 | 43,8 | 26,3 | 24,0 (241) |
| Falta de iluminação pública | 0,4 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,3 (3) |
| Falta de luz elétrica | 0,7 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,4 (4) |
| Trânsito | 1,1 | 1,3 | 1,8 | 7,9 | 1,5 (15) |
| Poluição das praias | 2,2 | 2,8 | 8,8 | 0,0 | 2,9 (29) |
| Outros | 1,8 | 0,2 | 0,0 | 2,6 | 0,7 (7) |
| Total | 100,0 (273) | 100,0 (638) | 100,0 (57) | 100,0 (38) | 1.006 |

Fonte: Enquete domiciliar, Salvador, out. 1994 a fev. 1995.

É assim, por exemplo, que questões como as poluições atmosférica e sonora são um pouco mais notadas nos estratos mais altos; já a limpeza urbana e o transporte coletivo registram um valor de demanda por resolução do problema muito maior nos estratos mais baixos. Enfim, a percepção da problemática ambiental urbana é revelada das formas mais distintas e múltiplas, de acordo com as demandas individual e coletiva de determinado grupo social (tabela 4).

Tabela 4
Principal prática de preservação/degradação do meio ambiente
do entrevistado — por estrato
(% e total de domicílios)

| Práticas | Estrato 1 | Estrato 2 | Estrato 3 | Estrato 4 | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Utilizar *sprays* diariamente | 0,4 | 1,3 | 0,0 | 0,0 | 0,9 (9) |
| Reciclar o lixo | 12,1 | 12,2 | 12,3 | 10,5 | 12,1 (122) |
| Deixar o motor do carro desregulado | 0,4 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,2 (2) |
| Pescar e caçar animais em extinção | 0,4 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,3 (3) |
| Desmatar florestas nativas | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 2,6 | 0,2 (2) |
| Usar produtos químicos em hortas e plantações | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 (0) |
| Aterrar os manguezais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 (0) |
| Invadir terrenos de dunas próximas a rios e lagos | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,1 (1) |
| Construir loteamentos desordenadamente | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 (0) |
| Construir em áreas de represas de rios | 0,0 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,2 (2 |
| Ocupar indevidamente espaços públicos na cidade | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 (0) |
| Pichar muros, viadutos, monumentos e edifícios públicos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 (0) |
| Aumentar a frota de ônibus e veículos na cidade | 2,6 | 4,2 | 1,8 | 2,6 | 3,6 (36) |
| Ampliar a rede coletora de esgotos | 17,5 | 15,7 | 12,3 | 18,4 | 16,1 (162) |
| Emitir gases, provocando o aumento do efeito estufa | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,1 (1) |
| Utilizar filtros nas chaminés das indústrias | 8,4 | 11,9 | 5,3 | 2,6 | 10,2 (103) |
| Utilizar gás natural na frota de ônibus urbano | 2,2 | 3,3 | 5,3 | 5,3 | 3,2 (32) |
| Criar leis de preservação ambiental | 56,0 | 50,2 | 63,2 | 57,9 | 52,8 (531) |
| Total | 100,0 (273) | 100,0 (638) | 100,0 (57) | 100,0 (38) | 1.006 |

Fonte: Enquete domiciliar, Salvador, out. 1994 a fev. 1995.

No que diz respeito ao conhecimento dos moradores sobre o significado de prática de preservação do meio ambiente, bem como da diferença entre preservação e degradação ambiental, os dados revelam que, de forma geral, "a criação de leis de preservação do meio ambiente" é a prática de preservação ambiental considerada mais importante pela população entrevistada em todos os estratos. Isto mostra que o ponto de vista dos informantes não privilegia uma ação coletiva ou individual,

mais cotidiana e comprometida com essa questão, uma vez que a opção de ação, neste caso, foi atribuída à esfera institucional governamental.

## 5. Considerações finais

É necessário que os órgãos de gestão pública local e os atores individuais e coletivos redescubram a cidade como agente transformador, pois, como afirma Jaime Lerner, a garantia de sobrevivência do planeta está intimamente ligada à postura das cidades, onde hoje se origina a maioria dos problemas ecológicos.

O desafio da gestão urbana, hoje, reside na visão estratégica do equilíbrio entre o atendimento das necessidades básicas e o seu potencial (é a antevisão da infra-estrutura capaz de adequar o crescimento urbano à demanda social de serviços públicos), assim como no desenvolvimento de uma saudável consciência de co-responsabilidade da questão ambiental por parte dos habitantes da cidade. Isto exige, em grande parte, o reconhecimento da gestão ambiental como função organizacional indispensável.

Os administradores públicos não devem ser inibidos pela visão racional da gestão da cidade, mas devem atentar também para os aspectos lúdicos e psicológicos, percepções individuais que a paisagem urbana exerce sobre seus moradores. Esses valores são fundamentais para que uma cidade possa se humanizar: "Seguir os caminhos do trilho e da memória. Conduzir o crescimento pelos caminhos que fizeram a história da cidade, preservar e valorizar as referências que nortearam gerações inteiras, é tão fundamental a uma cidade quanto provê-la em suas necessidades básicas" (Lerner, 1993).

Pensada assim, a cidade gradativamente deixará de ser um simples espaço de sobrevivência, para se transformar num ambiente de criatividade das relações humanas. No contexto atual, a cidade passa a responder com uma certa rejeição recíproca entre grupos sociais e poder público, exibindo uma paisagem fragmentada e desorganizada, onde os habitantes se deslocam entre espaços privados fortemente definidos e espaços públicos abandonados e deteriorados.

As carências de vida cultural e de atividades sociais e coletivas diminuem o nível de consciência das pessoas quanto aos problemas do meio ambiente, podendo castrar as forças de mobilização, ação e reivindicações em relação à sociedade em geral e às autoridades competentes pela gestão urbana e ambiental.

Afinal, o conceito de meio ambiente está num campo onde se misturam não só conhecimentos técnico-científicos, mas também normas e valores estéticos e culturais. A degradação ambiental, no entanto, não é provocada apenas por indústrias, pelo capital imobiliário etc., mas também (e em grande medida) pelas ações degradantes dos atores individuais. Este artigo procura, portanto, alertar para a não-banalização das práticas cotidianas que tendem a esconder a gravidade dos problemas ambientais urbanos.

## Referências bibliográficas


Barbosa, Oscar G. Problemas metodológicos y teóricos del conceito de calidad de vida. *Revista Eure*. Chile, 7(24):49-60, 1984.

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec). Meio ambiente urbano e qualidade de vida. *Informações Cedec* (9):1, nov./dez. 1991.

Certeau, M. de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: Encontro Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano. *Anais*. São Paulo, FAU/USP, 1985. p. 3-19.

Gutman, P. *Medio ambiente urbano: interrogante y reflexiones*. Pnuma/Clacso, 1980.

Jacobi, P. Hábitat e saúde na periferia. *São Paulo em Perspectiva*. Seade, 4(3/4):121-30, 1990.

———. A percepção de problemas ambientais urbanos em São Paulo. *Lua Nova* (31):46-55, 1993.

Lerner, Jaime. O poder transformador das cidades — um projeto para o Brasil. *Jornal do Confea*, ago./set. 1993. (Suplemento especial.)

Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros. In: Fórum de ONGs Brasileiras. *Anais*. Rio de Janeiro, 1992.

Pacheco, Regina et alii. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. *Espaço & Debates* (35), 1992.

Sachs, Céline. *São Paulo. Politiques et habitat populaire*. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1990.

Serva, Maurício. Gestão urbana e qualidade de vida. In: Fischer, Tânia (org.). *Poder local, governo e cidadania*. Rio de Janeiro, FGV, 1993. p. 209-29.

Silva, Ana Amélia & Melão, Celeste Maria Gama. O direito e a qualidade de vida na cidade. *Revista Pólis: Ambiente Urbano e Qualidade de Vida*. São Paulo, Pólis (3), 1991.

Silva, P. Guimarães da. Identidade, territorialidade e ecologismo — o caso da lagoa de Abaeté. *Caderno CRH* (18):117-36, jan./jun. 1993a.

———. O lugar no mundo: identidade, territorialidade e ecologismo — o caso da lagoa de Abaeté. In: Fischer, Tânia (org.). *Poder local, governo e cidadania*. Rio de Janeiro, FGV, 1993b. p. 209-29.

Tenière-Buchot, P. F. Le rôle du public dans la gestion des milieux naturels: de la sensibilité à la prise de décision. *Futuribles* (5):67-84, 1976.